



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

Síntese da 10ª Reunião Ordinária

A 10ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista foi realizada nos dias 13 e 14 de agosto de 2009, em Brasília, apresentando-se a seguir a síntese das discussões e dos encaminhamentos aprovados por seus membros.

Pauta da 10ª Reunião Ordinária

Dia 13/08

09.00 h – Abertura

09:15 h – Aprovação das atas de reuniões anteriores

10:00 h – Informes sobre o Estatuto dos Povos Indígenas

11:00 h – Informe sobre a Conferência Nacional de Segurança Pública

14:00 h – Relatórios das subcomissões/Relatório da Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania a respeito da visita à Bahia

Dia 14/08

09:00 h – Discussão a respeito do decreto sobre regulamentação de ingresso em terras indígenas

14:00 h – Apresentação da Política de Defesa Nacional e Estratégia Nacional de Defesa, feita pelo Ministério da Defesa

17:30 h – Lançamento do livro do INESC intitulado *Povos Indígenas – Constituições e reformas políticas na América Latina*

Manhã do dia 13 de agosto

1 – **Aprovação das atas.** Dando início à discussão dos pontos de pauta, foram aprovadas sem ressalvas as atas da 7ª, 8ª e 9ª Reuniões Ordinárias da CNPI.

2 – **Informes sobre o Estatuto dos Povos Indígenas.** Foram apresentados informes sobre os próximos encaminhamentos, inicialmente pelo assessor jurídico do CIMI, Paulo Guimarães, o qual esclareceu que se faz necessária a aprovação do Recurso n. 182, de 1994, incluindo-se na ordem do



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

dia da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 2057/91 e os que a ele estejam apensos. Sendo que as propostas aprovadas na CNPI serão apresentadas como Emendas de Plenário, que também poderão ser apresentadas pelos parlamentares e uma nova Comissão Especial deverá ser formada para analisar essas emendas de plenário.

O Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay, reafirmou o compromisso do MJ e do governo com relação à aprovação de um novo Estatuto dos Povos Indígenas, destacando que este compromisso ficara claro com a ida do ministro Tarso Genro ao encontro do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e que a aprovação do Estatuto é uma prioridade do ministério, o que em sua opinião é elemento novo muito importante, pois é o peso do governo na determinação de aprovação do Estatuto. Ressaltou que na audiência o presidente Michel Temer recebeu com entusiasmo a ideia de votar o Estatuto ainda este ano, e que na ocasião estava presente também a liderança do governo na Câmara e outros deputados, os quais se comprometeram a fazer todo o necessário para tal.

Lembrando compromissos e decisões da CNPI, destacou que, no final da discussão sobre qual o texto a CNPI ia apresentar, havia sido proposto que o MJ enviasse o projeto a ser apresentado, porém a Comissão julgou não ser a melhor estratégia e pediu que fosse retomado o projeto apresentado em 1991, pedindo apenas o peso do governo em solicitar que fosse aprovado. E nesse sentido [o governo, por meio do ministro Tarso] interveio, apoiando o projeto e levando em mãos o texto aprovado e discutido, consolidado na CNPI, explicando que houve um grande processo de discussão, ao que o deputado Michel ficou de enviá-lo ao presidente e relator da comissão. Agora deverá haver votação em plenário do recurso que foi feito, a votação vai permitir que se apresentem emendas ao texto antigo, que se abra uma nova discussão. E na hora que houver essa votação apresenta-se o texto da CNPI como emenda, e aí será preciso reconstituir comissão para analisar o Substitutivo, no caso uma nova comissão, onde os debates vão recomeçar, assim como as pressões, que virão de todos os lados.

Ainda de acordo com Pedro Abramovay, é importante ressaltar que o texto que sair do Congresso não vai ser o mesmo aprovado CNPI, e assim a mobilização dos povos indígenas vai ser muito importante; este vai ser um grande momento de debate e sugere que comece com os representantes explicando para os parlamentares como esse processo se deu, a fim de que os deputados saibam o peso e a legitimidade do documento. Nesse sentido, sugere que a comissão de avaliação comece seus trabalhos com o relato de como se chegou a esse ponto. Daí em diante todas



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

as discussões serão feitas, o ministérios e a Funai vão estar presentes, e espera que os índios também, pois todas as forças anti-indígenas vão estar presentes. Finalizando, afirmou que a CNPI pode ter certeza absoluta, com a ida do ministro, de que o governo está empenhado e tem como prioridade a aprovação do Estatuto.

O presidente abriu a palavra para perguntas, ao que Anastácio Peralta perguntou como o presidente da Câmara havia recebido o documento, respondendo o Secretário que até se espantara pela reação, pois [o Estatuto] foi tratado como uma pauta positiva, num momento em que o Congresso passa por tantas dificuldades, diante do que temia que não quisessem se envolver, por ser um assunto polêmico. Portanto, num primeiro momento a reação foi bastante positiva. O presidente disse que também se surpreendeu com a forma positiva como foi recebida a proposta, lembrando que na ocasião estavam presentes o líder do governo na Câmara e o presidente do PT, dando aval ao encaminhamento, partilhando da opinião de que houve uma boa receptividade.

Caboquinho Potiguara foi o próximo a fazer uso da palavra, questionando como está sendo trabalhada a mobilização indígena, se há alguma proposta de data para que consigam fazer lobby no Congresso, levando-se em consideração que o governo está empenhado na aprovação do Estatuto. O Secretário respondeu dizendo que há vários momentos em que esse lobby será necessário, que existia a possibilidade de ainda esta semana se votasse o recurso, mas que tudo indica que ficou para a semana que vem; hoje [13 de agosto] será feita a visita ao presidente do Congresso [pela delegação indígena, para entrega da proposta da CNPI] e é um momento importante. Assim que se votar o recurso será instalada a comissão, que também são momentos importantes, bem como quando se instalar a Secretaria Executiva [da Comissão] e a Funai deve se comprometer a informar e na primeira reunião da Comissão deixar claro que não é uma proposta de gabinete e mostrar a mobilização indígena. A necessidade de votar o Estatuto foi levada ao Presidente da República, e foi decidido que esse tema é prioritário para o governo como um todo.

A seguir, Pierlângela Wapichana afirmou que a maior preocupação é a instalação da Comissão, pois tudo depende de quem vai ser o relator e o presidente. Nesse sentido, para além do compromisso e sabendo do peso da bancada quando se vai instalar comissões, como membros da CNPI o esforço maior deveria se dar na instalação da comissão, enquanto indígenas o mais importante seria a atuação do governo na instalação da comissão. Diante disso, solicita que haja um maior apoio do governo nessa hora, um empenho do governo nesse sentido.



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

Pedro afirmou que há dois momentos importantes ao se pensar a mobilização – primeiro quando os líderes indicam os representantes do partido na comissão, então, a pressão para que indiquem rápido vai ser feita, embora não dependa só do governo e, em segundo lugar, é fundamental a escolha do presidente e relator. O governo espera que seja alguém que esteja aberto a discussões e não queira fazer tudo sozinho, e no que cabe a ele [governo] vai tentar atuar nesse sentido, mas sendo que não depende só dele.

Uma outra pergunta foi feita pelo Capitão Potiguara, que questionou ao Secretário se seria importante mobilizar as assembleias legislativas para pressionar o Congresso a propósito do Estatuto, ao que Pedro Abramovay afirmou que toda mobilização é importante, e que é importante mobilizar as assembleias sobretudo se têm poder para pressionar a partido a indicar seus representantes. A seu ver, na questão indígena há um debate como se houvesse um conflito entre os estados e a União, e seria um momento importante para mostrar que não, pois é algo importante para todos. O presidente afirmou ainda que seria importante a mobilização dos governadores que pudessem dar apoio a essa questão, pois todos são importantes nesse momento.

Akiaboro Kayapó afirmou a seguir que estão discutindo Estatuto, e que não sabem o que está acontecendo no Congresso Nacional; que em outras épocas não queria discutir o assunto, Estatuto mas agora sabe que é preciso discutir para poder melhorá-lo, pois há coisas importantes para defender os índios que não estão no Estatuto. Pede que o secretário procure recursos para [os indígenas] poderem acompanhar a discussão, que vão brigar com os deputados, que os índios já autorizaram que seja retirada a proposta do congresso e que se apresente a proposta dos índios. Em resposta, Pedro destacou que só a presença e pressão do movimento pode garantir que sejam aprovadas questões de interesse dos povos indígenas, sendo que de fato há muitas coisas que estão no Estatuto hoje que são ruins para os povos indígenas. Sugere que todas as questões relacionadas à questão indígena sejam discutidas nessa comissão [que será criada no Congresso] ou não adiantará, e devem pedir isso aos parlamentares ao entregar a proposta da CNPI.

Como encaminhamento para as questões discutidas, Saulo Feitosa/CIMI, apresentou as seguintes sugestões para a delegação indígena que vai ao Congresso entregar a proposta de Estatuto da CNPI: 1) que solicitem que sejam apensados ao PL todos os projetos relacionados à temática indígena; e 2) que solicitem que seja agilizada a votação do projeto de lei que trata sobre a criação do Conselho de Política Indigenista. Já adiantando algumas questões, sugere que, uma vez terminados os trabalhos de consulta e produção do conteúdo, deve caber à CNPI acompanhar a



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

tramitação, então propõe 1) que a Comissão assuma, independentemente da mobilização indígena, os deslocamentos dos membros indígenas da CNPI, entre 8 e 10 de setembro, para se fazer contato com as lideranças na Câmara, fazendo agendamento prévio e buscando influenciar na formação da comissão e 2) que na Conferência Nacional de Educação já haja uma mobilização, tendo em vista que, devido ao fato de que haverá cerca de 600 participantes, seria momento oportuno para marcar presença e se mobilizar; 3) como proposta de estudo e aprofundamento da mobilização pelo Estatuto, para estarem mais preparados para intervir com qualidade, dialogar, que se realize seminário, no segundo semestre de 2009, com a participação de 20 lideranças indígenas e os representantes da CNPI, com vistas ao aprofundamento dos temas do Estatuto. E já fazendo relato da Subcomissão de Assuntos Legislativos, informou que vão fazer estudo dos projetos relacionados aos povos indígenas que estão em tramitação no Congresso.

O presidente aproveitou para antecipar que os membros indígenas da CNPI seriam convidados para participar da Conferência Nacional de Segurança Pública, que vai se iniciar no dia 27 de agosto, o que a seu ver poderia ser uma outra oportunidade de mobilização. Quanto às **propostas de encaminhamento da Subcomissão de Assuntos Legislativos**, foram todas **aprovadas, sem ressalvas**.

Concluindo a participação do Secretário de Assuntos Legislativos na reunião, o presidente agradeceu não só a ele mas por todo o empenho que sua equipe dedicou ao Estatuto desde o início dos trabalhos, e que continuará durante a discussão do tema no Congresso. Pedro Abramovay afirmou concordar integralmente com os comentários da subcomissão e, despedindo-se, agradeceu as palavras do presidente e à CNPI por ele e sua equipe terem podido se envolver com esse tema, destacando que a aprovação do Estatuto vai ser um marco para o Estado brasileiro e para os povos indígenas, e por fim agradecendo à CNPI por tê-los recebido muito bem na discussão desse tema.

A propósito do seminário sobre o Estatuto, Pierlângela Wapichana apresentou proposta da bancada indígena para a data de realização, que seria entre os dias 13 a 18 de setembro, em Brasília. No entanto, o presidente lembrou que há proposta de realização extraordinária da CNPI entre 20 e 22 de setembro, e sugeriu que tentem melhorar a harmonização dessas datas, sugerindo que retornassem ao tema depois. Submetendo a proposta de data à plenária, esta foi aprovada pelos presentes, com a ressalva feita por Aderval/MDS, no sentido de que entre o dia 9 e 12 de setembro



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

estará sendo realizado o Encontro Nacional dos Povos do Cerrado, do qual estarão participando lideranças que vivem nesse bioma.

3 – Relato das subcomissões. A primeira subcomissão a se apresentar foi a **Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania**, que fez relato sobre a visita feita por seus membros a terras indígenas do sul da Bahia. O relato foi feito por Sandro Tuxá, que informou que toda a visita foi acompanhada de perto pela mídia, sobre o clima tenso encontrado na região, a respeito de denúncias de tortura por parte da Polícia Federal ao realizar ação de reintegração de posse, destacando ainda que, ao coletar informações, os membros da subcomissão buscaram ser isentos, apesar do que se percebe que há uma forte mobilização anti-indígena na região. Considera que o resultado da visita foi muito positivo, pois se alcançou o objetivo de acalmar os ânimos, além do que foi instaurado inquérito para analisar as denúncias de tortura, inclusive não tendo havido nenhuma outra retomada de terras, uma vez que os índios concordaram em aguardar os prazos legais e não tensionar mais os ânimos. Informou, finalmente, que será agenda reunião com o governador da Bahia, com o objetivo de solicitar que auxilie na diminuição da tensão.

Saulo Feitosa, que também é membro da Subcomissão e participou da visita à Bahia, informou que foi elaborada Resolução a propósito do assunto, a qual foi distribuída aos presentes; informou ainda que está sendo solicitada a intervenção da Ouvidoria do Incra, no sentido de informar sobre como ficará a situação dos assentados caso a terra indígena venha a ser demarcada, sendo que os mesmos estão sendo incitados para atuar contrariamente aos índios.

Após a leitura da Resolução, foram feitas considerações, inicialmente por parte do Coronel Eustáquio, que considerou que a resolução tem posições muito radicais, quando deveriam ser mais imparciais, até porque há encaminhamentos em andamento. Sendo que, em sua opinião, deveriam solicitar a agilização dos processos e se, durante os mesmos, for provada a ocorrência de torturas, aí sim que se venha a pedir o afastamento do delegado.

A propósito, Saulo comentou que o afastamento seria uma medida preventiva, cautelar, para garantir a isenção na apuração das denúncias. Corroborando a posição do Coronel Eustáquio, o representante do Ministério da Justiça, Jorge Quadros, comentou em síntese que a abordagem da subcomissão deveria ter um outro caráter, no sentido de pensar não em um fato isolado, e sim de que se trata de algo rotineiro, que esse problema de enfrentamento vai ocorrer sempre, e vai provocar uma série de questões. Como proposta, sugeriu que a CNPI faça uma visita ao diretor da



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

Polícia Federal, para levar notícias e sugestões de como essas questões devem ser tratadas.

O tema prosseguiu em discussão por todo o resto da manhã, com inúmeras intervenções, interrompendo-se a reunião após o meio-dia tendo em vista a necessidade de que a delegação indígena encarregada de entregar a proposta de Estatuto se deslocasse para o Congresso Nacional.

Tarde do dia 13 de agosto de 2009

Retomando a discussão interrompida pela manhã sobre a resolução proposta pela Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania, a propósito do conflito entre a comunidade Tupinambá e a Polícia Federal no estado da Bahia, e a respeito do que inúmeras intervenções foram feitas (vide ata completa), foram ratificadas as diferentes opiniões a respeito do assunto.

Em vista dos questionamentos, Saulo Feitosa/CIMI, destacou que tudo o que foi colocado na resolução partiu de elementos retirados do dossiê sobre o que aconteceu com os Tupinambá. Já o coronel Marinho reiterou a posição do Ministério da Defesa, no sentido de que há um caso grave a ser apurado; é muito importante que se tenha um esclarecimento e se saiba quais os procedimentos que estão sendo adotados pelos órgãos responsáveis; é preciso terem acesso a essas informações antes de poderem fazer juízo sobre o caso; concorda que é preciso tomar alguma ação, especialmente via Funai, em momento algum questiona a formação da comissão; é muito sério se fazer afirmações em cima de uma investigação, posto que não é conclusivo; devem tomar atitudes que preservem a comissão. Deve haver algum instrumento que possa ser enviado pela comissão e Funai para que se demande a aceleração da investigação; não é da área jurídica, mas não sabe se a resolução seria o melhor documento para instruir o processo e talvez devesse ser enviado para alguém que tem o poder de solucionar essa dúvida. Houve um grave incidente que deve ser apurado; não questiona o trabalho da comissão que foi a campo, questiona sim o teor do documento que foi produzido pela comissão e se for aprovado vai se reservar o direito de apoiá-lo, é a favor a que se dê um basta a esse tipo de situação e que devem buscar um documento mais adequado para tratar dessa questão. Sendo que nos termos em que está não concorda com a sua aprovação.

A representante da Advocacia Geral da União, Alda Carvalho, destacou a importância de que haja o acompanhamento por parte de um procurador federal quando os indígenas forem depor, prestar esclarecimentos etc., é um direito deles de serem devidamente acompanhados de



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

advogados, no caso dos indígenas de Procuradores Federais. A respeito da reivindicação do líder Pataxó Hã-Hã-Hãe, Titiá, sugere que peçam uma audiência com o ministro a fim de demandarem uma maior celeridade no processo em tramitação no STF – ACO 312 a exemplo da TI Raposa Serra do Sol. A Secretaria-Geral de Contencioso da AGU tem trabalhado muito nos processos judiciais de interesse indígena.

Com vistas a encaminhar o assunto, Gilberto Azanha/CTI, solicitou ao presidente que colocasse a resolução em votação, já que as dúvidas haviam sido esclarecidas, mas antes Brasília Priprá destacou que um procurador é responsável por um grande número de processos; e Sandro destacou que a solicitação de afastamento do delegado seria com o intuito de que se tivesse maior isenção na apuração das denúncias e que o procurador do MP também pede o afastamento, de forma que não vê razão para não tomarem uma medida mais enérgica. Levando em consideração as ressalvas do coronel Marinho e Eustáquio, Sandro sugere retirar as considerações da Resolução e deixar apenas as proposições; Jorge Quadros/MJ propôs uma nova redação, adequando o texto às ressalvas feitas ao longo da discussão.

Nesse sentido, foram apresentadas novas propostas de encaminhamento, por Saulo Feitosa/CIMI, que propôs levar-se em consideração a posição do Coronel Marinho e buscar um consenso, em face do que concordava com a proposta de Sandro, quanto a se retirar as considerações, as quais se reportam ao relatório que estará anexo à resolução; e a que a redação de Jorge Quadros é boa, mas não há como nomear quais os agentes estiveram envolvidos.

Encaminhamentos: aprovada proposta no sentido de que se mantenha o primeiro “considerando” (“Considerando a gravidade da situação do conflito ora estabelecido entre os fazendeiros e pequenos proprietários com as comunidades indígenas”); aprovada a mudança da redação do parágrafo 1, cujo teor fica sendo: “solicitando a designação imediata de um outro delegado, de outra região, para apurar o caso” e modificação no 2: “solicitar a apuração dos atos de tortura contra os membros da comunidade indígena da Serra do Padeiro e, se comprovadas pericialmente, representamos pelo afastamento dos agentes envolvidos na ocorrência e do delegado responsável durante o período no qual durar a apuração”. Aprovados os artigos 3 e 4.

Uma vez consensuadas as modificações, foi **aprovada a Resolução proposta pela Subcomissão.**



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

4 - Intervenção de liderança indígena de Coroa Vermelha. Tendo em vista a presença em Brasília de representantes do povo Tupinambá, foi aberto espaço para fala do cacique Aruanã Tupinambá, de Coroa Vermelha, sobre diversos problemas que estão sendo vivenciadas na região, como ausência de acompanhamento da procuradoria jurídica da Funai, não apuração de casos de violência praticados contra o seu povo (violência sexual, atropelamento); demora na regularização fundiária de diversos territórios nos quais vivem as comunidades Tupinambá, gerando empecilhos para a implantação de vários projetos que beneficiariam esse povo; falta de auxílio por parte do governo federal; descaso da Polícia Federal em face da criminalidade e uso e tráfico de drogas na terra indígena. Diante dos problemas mencionados, pede apoio da Comissão e do governo na defesa dos direitos de seu povo.

A propósito da fala do cacique, o presidente substituto da CNPI/Funai, Aloysio Guapindaia, ponderou que de imediato devem mandar apurar o que aconteceu, pois a direção da Funai considera que o órgão não pode estar ausente neste momento; como é um órgão descentralizado muitas vezes a sede não toma conhecimento do que acontece na ponta. Outra realidade é que a instituição ao longo dos anos foi perdendo sua capacidade de prestar um serviço digno às comunidades, o que explica algumas situações, mas não justifica a ausência da instituição. Vai apurar o que aconteceu para que não volte a ocorrer, até porque tem presença na região, ainda que deficitária. Para todos da Funai que buscam dirigir a Casa essas são situações muito complicadas, mas têm havido avanços importantes em termos da reestruturação da instituição, mesmo que não na velocidade que gostariam e que as populações indígenas exigem. Foi autorizado o concurso para 425 vagas, estão negociando quantitativo maior para o ano seguinte, como assegura a medida provisória, o que não significa que vão conseguir contratar de fato os 3.000 servidores que são necessários para se equipar minimamente o órgão. Esta é uma luta política que está inserida nesse contexto de conflitos, que ora são mais ou menos graves, mas que se trata de um contexto de conflito.

O Cacique Aruã destacou que não estão falando de administração local, mas de assessoria jurídica, pois 2 juízes e um procurador local tentaram falar com a direção da Funai e não conseguiram resposta e diante disso tiveram que notificar o órgão para que enviasse um procurador, que apenas passou para pegar os documentos para se inteirar do assunto. Demandam que um procurador esteja presente em audiência que acontecerá no futuro próximo, e também que a administração possa contar com um procurador permanente para poder tratar dos assuntos da



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

região.

Conforme combinado, a seguir a palavra foi passada para o cacique Val Tupinambá, que afirmou que podem sofrer represálias e ameaças, inclusive de autoridades locais, sendo que a Polícia Federal, que deveria estar atuando para proteger os indígenas não atua nesse sentido. Receberam mais 25 intimações, e se não respondem é decretada a prisão preventiva, sendo que a procuradora que deveria defendê-los é ausente, já morreram mais de 20 lideranças nessa luta e até mesmo a Polícia Federal já invadiu a casa de uma das lideranças indígenas, sofrem com acusações como a de que os Tupinambá estupram doentes mentais etc. Pede que a Funai e os Direitos Humanos estejam mais presentes junto aos índios, para poderem enfrentar essas ameaças e violências de que têm sido vítimas, além da discriminação que enfrentam ao se afirmar que no Nordeste não existem mais índios, quando há. Reafirmou a fala dos membros da CNPI no sentido de que se possa punir os responsáveis, conhecer os nomes dessas pessoas e apurar as denúncias.

A Dra. Deborah Duprat/Ministério Público afirmou que já havia recebido os Tupinambá e os Pataxó do sul da Bahia, e que o que relatam é o que já vêm ouvindo há tempos através dos Xucuru, dos Tremembé, dos povos do Nordeste em termos gerais. São dois dados: primeiro a estrutura fundiária do próprio Nordeste, que é onde mais se aproxima da estrutura de capitânicas hereditárias, onde a regularização fundiária é muito mais difícil, onde a colonização aconteceu primeiro, e, dois, onde o preconceito é maior do que nas outras regiões, porque há uma visão idealizada do que é ser indígena e não se encontra esse tipo de índios no Nordeste. E essa impressão ideal é também hegemônica. Portanto nada muda se não houver esforço para que as instituições mudem sua visão com relação aos índios do Nordeste, não só a Funai, a própria AGU, MPU e as instituições em geral. Devem pensar num evento em que possam contar com as instituições envolvidas e a CNPI e que sirva para pensar somente na situação dos índios do Nordeste, e que se possa rever até mesmo a própria visão individual de cada um sobre esse caso. Fica a sugestão de trazerem as instituições, sociedade civil, pesquisadores etc., para discutir essa questão.

Alda Carvalho/AGU, ressaltou a importância da proposta e destacou a preocupação da fala do cacique Aruã, pois em sua opinião a AGU está muito aberta hoje no sentido de atender não só a Presidência, a União como um todo, mas também os estados e municípios, destacando que se estiver havendo uma falha no atendimento direto aos indígenas e no acompanhamento judicial dos processos e dos mesmos deve-se procurar investigar as razões e dar uma solução urgente. Afirmou ainda que a questão, na forma apresentada pelas lideranças indígenas, parece-lhe ser meramente de



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

gestão administrativa da FUNAI e de sua Procuradoria - Geral Especializada. Compete exclusivamente a essa Unidade da PGF/AGU o controle dos processos judiciais e dos Procuradores Federais ali lotados. A propósito, comprometeu-se levar a ata desta reunião e relatório ao Advogado Geral da União, que por sua vez deverá levar ao Procurador Geral Federal visando a verificar o que está acontecendo com relação a essa falta dos Procuradores Federais nas regiões para atender as demandas indígenas. Segundo afirmou, tudo o que foi solicitado pela FUNAI à Procuradoria Geral Federal, como o aumento do contingente solicitado, foi atendido. No último concurso foram lotados no quadro da Procuradoria o número solicitado. Afirmou que pelo exposto deve estar de fato havendo falta de Procurador para atuar no extremo sul da Bahia, e que fica apreensiva e triste de saber que tudo isso poderá estar acontecendo por falta de estrutura para desenvolverem suas atividades institucionais, como alegam os indígenas presentes à reunião. Ora falta combustível, ora falta veículo e na maioria das vezes falta Procurador Federal para atuar na região de Ilhéus, Porto Seguro, Prado, Teixeira de Freitas, etc., sendo que este problema deve estar acontecendo também em outros núcleos regionais. Reiterando o compromisso de levar a situação ao conhecimento do Procurador – Geral Federal, garantiu que ele vai buscar solução para os problemas que estão acontecendo, no âmbito de sua competência. .

Em relação à fala de Alda, Saulo Feitosa destacou que de fato há queixa generalizada no sentido de que não há advogados para fazer o acompanhamento das ações pelas quais os índios respondem. Concorde com a necessidade de se fazer contato direto com o Procurador Geral, tendo em vista os problemas recorrentes de perda de prazos, defesa específica, em temas sobre os quais poucos têm domínio, e ainda os casos criminais. No extremo sul da Bahia, no Sul e também nos outros estados, esse é um problema grave, afirmou ele. A situação é generalizada e entende ser importante conversa com o Advogado Geral da União para pensar no acompanhamento dos processos envolvendo indígenas, no sentido de que se pense num modelo que seja adequado para essa situação.

Alda Carvalho concordou e disse que tem ouvido muitas reclamações dos Procuradores Federais que atuavam na FUNAI, e hoje atuam nas Procuradorias Regionais Federais e dos indígenas quanto ao novo modelo que foi implantado pela Procuradoria-Geral Federal, de reunir todos numa mesma localidade. Reconhece que por um lado o modelo traz vantagens em termos gerais, porém tem demonstrado alguns prejuízos aos indígenas diretamente, como no caso específico dos povos indígenas do extremo Sul da Bahia.



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

Após outras intervenções e comentários acerca da atuação da Procuradoria Jurídica Federal, da discriminação sofrida pelos índios do Nordeste e temas afetos (vide ata), agradeceu-se a presença das lideranças Tupinambá, dando prosseguimento à discussão da pauta da 10ª Reunião da CNPI.

5 – Relato da Subcomissão de Educação. A relatora Francisca Pareci fez a seguir o relato dos trabalhos da subcomissão, destacando os temas que seguem listados:

- Informe sobre o andamento das conferências regionais e sobre os preparativos para a Conferência Nacional;
- Encaminhamentos sobre o decreto de criação dos Territórios Etno-educacionais: implantação dos territórios e definição dos mesmos;
- Portaria de criação do Observatório da Educação Escolar Indígena (CAPES – SECAD);
- A CONAE e os representantes indígenas;
- A “Provinha Brasil” e as escolas indígenas;
- O ENEM e a educação escolar indígena;
- Editais do MEC para publicações sobre a temática indígena e propostas educacionais inovadoras;
- Informes sobre a avaliação do Plano Nacional de Educação, congratulando a Funai por sua atuação, via Coordenação Geral de Educação.

Após apresentação da relatora quanto à discussão dos temas em questão, Gilberto Azanhã/CTI ressaltou os **pontos de encaminhamentos propostos pela Subcomissão**:

- 1 – Proposta de resolução solicitando esclarecimentos sobre processo de implantação dos territórios etno-educacionais pelo MEC;
- 2 – Recomendação da CNPI quanto à necessidade de adaptação da “provinha” à realidade indígena;
- 3 – Recomendação da CNPI pela prorrogação dos prazos dos editais lançados pelo MEC.

Antes de se aprovar os encaminhamentos, Lylia Galetti/MMA solicitou que em determinado momento se discuta algum tipo de ação, da Funai ou outros órgãos, junto aos



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

conselhos de reitorias ou universidade, a ser desenvolvida no interior das universidades, visando a promover o reconhecimento dos povos indígenas, pois muitas vezes as próprias universidades que formam os professores não atuam neste sentido, embora seja fundamental. A propósito, Francisca Pareci citou o exemplo de Mato Grosso, onde com muita dificuldade será realizado um fórum sobre a questão dos povos indígenas na Universidade Federal do Mato Grosso, sendo que para isso estão enfrentando toda sorte de problemas, já que a instituição aderiu ao Enem, havendo muita resistência à presença dos índios na universidade. Foram ainda citados outros exemplos, como no Paraná, no Mato Grosso do Sul, na Paraíba etc.

Superada essa discussão, foram aprovados **os encaminhamentos propostos pela Subcomissão**, devendo os seus membros apresentar os textos da resolução e das recomendações a serem expedidas pela CNPI.

6 – Relato da Subcomissão de Etnodesenvolvimento. Após apresentação do relator quanto aos assuntos discutidos no âmbito da Subcomissão e debate sobre alguns pontos específicos (vide ata), foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

Encaminhamentos aprovados:

- Que seja solicitada a participação dos membros da subcomissão de etnodesenvolvimento no GTI, sem prejuízo a composição atual do Grupo;
- Solicitar aos órgãos que reportem à subcomissão às ações que têm desenvolvido;
- Criação de grupo coordenado pelo MDA e Funai para a proposição de linha específica de financiamento para os povos indígenas nos moldes do que está posto na proposta de Estatuto encaminhada ao Congresso;
- Garantia de capacitação e assistência técnica aos indígenas que acessam o Pronaf e outros programas;
- Inserção do componente indigenista na análise das propostas encaminhadas às agências implementadoras do Pronaf;
- Que o GTI informe de suas atividades às subcomissões antes de suas reuniões, ou seja, que em



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

todas as reuniões ordinárias da CNPI algum integrante do GTI, seja indígena ou não, venha dar informes sobre os trabalhos;

- Que a Funai inclua um link no seu site com as atas e relatórios sobre o andamento dos seus trabalhos.

Além desses encaminhamentos, a representante do MMA, Lylia Galetti, informou que o Ministério da Defesa será incluído no GT, conforme discutido.

Manhã do dia 14 de agosto de 2009

7 – Relato da Subcomissão de terras. Após o relato dos assuntos discutidos na subcomissão, foram aprovadas as propostas de encaminhamento, sendo:

1) Propostas aprovadas em reuniões anteriores e não encaminhadas:

- Compor um GT para realizar o cruzamento das listagens das TIs produzidas pela Funai, CIMI e demais entidades. Devendo a listagem que resultar desse trabalho servir de parâmetro para definir as terras prioritárias para formulação de processos/GTs pela DAF – Funai, a partir de critérios a serem propostos pela subcomissão e discutidos e aprovados pela plenária.

2) Proposta apresentada na reunião da subcomissão realizada em 12/08/2009

- Que a DAF – Funai forneça/exponha um balanço da situação das terras indígenas no Brasil na próxima reunião ordinária da CNPI.

Além dessas propostas, foi aprovada deliberação no sentido de que na reunião em que



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

for feita a apresentação solicitada pela subcomissão deverá estar presente representante do Ministério do Meio Ambiente para falar sobre os Estudos de Zoneamento Socioeconômico, conforme solicitado em ocasiões anteriores. Além disso, devem ser convidados para as reuniões da Subcomissão de Terras representante da Funai (CGI), do Incra, do Ibama e do ICM-BIO/Instituto Chico Mendes.

Foi aprovada, ainda, moção à Justiça contra a paralisação dos trabalhos de regularização fundiária no estado do Mato Grosso do Sul, a propósito do que o presidente informou que as agendas dos GTs já previam estarem em campo no final de setembro, além do que havia entendimento com o governo do estado para que os grupos fossem a campo, mas foram surpreendidos pela ação da Justiça relacionada à ação da Farmasul. Assim, embora a Procuradoria Jurídica da Funai já esteja respondendo à ação da Justiça em busca de reverter a situação, seria importante uma moção a ser encaminhada à instância judicial responsável pela decisão.

8 – Relato da Subcomissão de Orçamento, planejamento, e gestão. Inicialmente foi feita leitura do documento produzido pela subcomissão, no qual reafirmam a “necessidade de construção panorâmica a respeito das políticas e projetos em andamento no Governo Federal, especificamente na Funai e outros órgãos federais que realizam ações na área da política indigenista”. Ressaltando ainda que, na 6ª Reunião Ordinária da CNPI o presidente da Funai se prontificara a, junto com sua equipe, realizar o levantamento das referidas informações, o que solicitam que venha a ser feito agora que foram retomadas as atividades ordinárias da Comissão, uma vez concluída a primeira fase de discussão do Estatuto.

Nesse sentido, a subcomissão propõe que a Funai faça apresentação de experiências de planejamento – orçamento participativo onde há participação indígena, visando a uma “avaliação da pertinência de implementação de metodologias análogas em todas as unidades da Funai”.

Em resposta às considerações da Subcomissão, o presidente ponderou que de fato houve compromisso na 6ª Reunião Ordinária da CNPI quanto a se fazer análise de diversos órgãos, além da Funai, e que houve dificuldades em cumprir plenamente a tarefa, por ter se priorizado o Estatuto, não se obtendo as informações em questão. Destacando a importância de retomarem os esforços em reunir essas informações, afirmou não haver dificuldades para isso, uma vez que foi superado o



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

trabalho com relação ao Estatuto, considerando **aprovado o encaminhamento da subcomissão.**

Encaminhamento: Que a Funai faça apresentação sobre a respeito das políticas e projetos em andamento no Governo Federal na área da política indigenista, bem como sobre experiências de planejamento-orçamento participativo nos quais há participação indígena.

9 – Apresentação da Subcomissão de empreendimentos em terras indígenas. O presidente leu o documento da subcomissão com as seguintes propostas de encaminhamento:

1) Propostas aprovadas em reuniões anteriores e não encaminhadas

- Audiência com a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, para tratar dos impactos das obras do PAC sobre os povos indígenas;
- Reiterar convite a representantes do Ibama e Instituto Chico Mendes para integrarem a subcomissão como observadores permanentes;
- Propor pauta ao Conama para discussão e uma proposta para da CNPI para regulamentação/formalização do papel da Funai nos processos de licenciamento ambiental;
- Propor moção/resolução para que a SAL/MJ intervenha junto à Casa Civil e ao Ministro de Relações Institucionais para agilizar a tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 260/1990 que trata das hipóteses de “relevante interesse público da União”;
- Realização de seminários regionais, no 2º semestre de 2009, para que a CNPI possa levantar, analisar, complementar um banco de dados de empreendimentos com impactos ou que afetem terras indígenas e para capacitar lideranças para o monitoramento e atualização do banco de dados e encaminhamento de medidas jurídicas.

2) Propostas apresentadas na reunião da subcomissão de 12/08:

- Propor o calendário das oficinas regionais para o balanço dos empreendimentos em terras indígenas;
- Estabelecer um GT par discutir com a Funai e a SAL/MJ, nos dias 09 e 10 de setembro de 2009, a proposta de resolução ao Conama para a regulamentação do papel da Funai nos processos de licenciamento ambiental (membros do GT: Jecinaldo ou Sansão Tikuna; Brasília Priprá, Gilberto



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

Azanha (CTI), Ana Paula (ISA), Weber, Marcela e Janete (CGPIMA/Funai), Fred (CGPE/Funai);

- Está prevista apresentação, feita pelas representantes da CGPIMA, sobre a proposta de Instrução Normativa a respeito dos procedimentos da Funai para o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental.

Após a apresentação de argumentos dos membros da subcomissão com relação à importância das propostas, Saulo Feitosa propôs que, sem prejuízo da proposta de resolução feita pela subcomissão, aproveitem a presença na reunião da CNPI do representante da Presidência da República para agendar reunião com Jose Múcio e com a bancada do governo na Câmara para tratar da questão do PL sobre relevante interesse da União.

A propósito de intervenção feita por Akiaboro Kayapó sobre a necessidade de se explicar as mudanças no Estatuto propostas pela CNPI, o presidente solicitou **que seja definida uma data para que a Subcomissão de Assuntos Legislativos possa pensar ir aos Kayapó para fazer explicação sobre o Estatuto**, o que já havia sido decidido **inclusive com relação aos Xavante, devendo esse assunto ser também discutido com o administrador Xavante de Barra do Garças**.

Com relação às oficinas regionais propostas pela subcomissão, o presidente da CNPI revelou preocupação com relação ao tempo para sua realização, pois a Comissão está com uma agenda intensa, que vai requerer mobilização permanente em Brasília. Nesse sentido, sugere que aprovelem o mérito de que devem haver as oficinas, mas que não definam a data, e sim que pensem claramente quantas poderiam fazer, como, se aproveitam as agendas do Estatuto e tentam fazer agenda compartilhada. Sua **proposta de encaminhamento**, portanto, é que considere a aprovação do mérito mas as duas subcomissões tratem de forma detalhada como poderiam fazer.

Diante dessa consideração, Marcos Xucuru sugeriu que se pense em realiza-las em 2010, até porque se propôs a criação de um GT para tratar da questão do Conama e assim teriam tempo para pensar, e dentro do encontro poderiam afunilar a discussão sobre as oficinas. A sugestão é que o próprio GT pudesse aprofundar o tema. A coordenadora da CGPIMA, Marcela, esclareceu que uma coisa é a discussão da normatização do papel da Funai, a instrução normativa e a experiência acumulada nos últimos 4 anos. Outra seria a questão das oficinas, entendendo que estão ligadas, mas devem ter cuidado para ver que têm objetivos e tempos diferentes. Destacou ainda que a proposta de resolução ao Conama toma tempo e se teria de trabalhar por cerca de 3 meses para



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

definir essa questão, então precisam pensar bem para definir um trabalho que possam realizar de fato.

O presidente Substituto e Diretor de Assistência da Funai, Aloysio Guapindaia, complementou afirmando que gostaria de fazer análise mais política de vários processos relacionados à avaliação do componente indígena nos empreendimentos: a Funai vive pressão muito grande devido também ao volume de empreendimentos e a instituição acaba correndo atrás dos prejuízos, muitas vezes quando tomam conhecimento já estão sendo surpreendidos pela ação do Ministério Público paralisando determinado empreendimentos porque afeta os povos indígenas. Então, não se colocando contra as oficinas, acha que há outros passos antes delas, e que devem fazer parte de um processo a fim de que sejam mais efetivas. Há fragilidade normativa com relação ao componente indígena, em face do que sugere que reúnam esforços para que tenham uma resolução do Conama junto com uma instrução normativa da Funai, sendo que o órgão já está trabalhando para regulamentar procedimentos internos, o que é necessário e importante mas é no âmbito da Funai. A resolução do Conama seria extremamente importante para a Funai, pois daria condições para que o órgão agisse no âmbito dos estados e municípios onde ocorrem os empreendimentos.

Nesse sentido, considera que é muito importante que abram negociação com o Conama, que na próxima reunião dele a CNPI possa ser incluída e se faça uma discussão sobre isso, mesmo que ainda não se tenha uma proposta de resolução. É muito importante politicamente estabelecer esse vínculo, trabalhar nesse marco, e não fazer as oficinas, que são algo muito complexo. Então sua proposta é que se concentre esforços nessa resolução do Conama, que vai dar contribuição normativa para que possam trabalhar.

Encaminhamentos

Diante das ponderações, o presidente encaminhou o tema afirmando que, em vista dos comentários, estão coerentes com o que propôs no sentido de se aprofundar a idéia e aprovar somente o mérito. Sugere que, com essa perspectiva, seja feita a inclusão de um representante da DAF, pois o trabalho vai envolver muitas questões relacionadas às terras indígenas, e também do Dr. Salmeirão, procurador da Funai.

Sem objeções, foram aprovados os encaminhamentos propostos pela Subcomissão, com os acréscimos e modificações discutidos, incluindo a proposta de Saulo de que a CNPI solicite



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

audiências e que o representante da Presidência possa colaborar no agendamento das mesmas.

10 – Relato da Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude. Foram apresentadas pela subcomissão as seguintes **propostas de encaminhamentos**:

- Elaboração de dossiê a respeito do infanticídio;
- Trabalho relacionado à violência contra as mulheres, crianças e jovens;
- Pautar as políticas públicas sociais diante do atual contexto em que se encontram as comunidades indígenas.

A respeito do primeiro assunto, dossiê sobre infanticídio, houve uma longa discussão a partir do posicionamento de Saulo Feitosa/CIMI no sentido de que não devem usar o termo *dossiê*, uma vez que em sua opinião estão sendo vítima da ação orquestrada por algumas organizações que estão tentando pautar o assunto (para maiores detalhes, vide gravação da 10ª Reunião). Em síntese, sua proposta é que: 1) estão tratando do assunto no Estatuto 2) precisam definir um momento específico para tratar do assunto.

Aloysio Guapindaia pronunciou-se informando que a Funai hoje está organizada para tratar da promoção social, por onde passam questões de gênero, infância, adolescência: logo que chegaram à Funai ela não tratava especificamente deste tema, a DAS tratava de outras questões e não havia um setor específico para formular políticas de proteção e promoção social para os povos indígenas e de imediato fecharam uma outra coordenação (índios de recente contato) passaram para a de índios isolados, e abriram a coordenação de promoção social, que está incumbida de cuidar desse processo. Sugere à CNPI, numa próxima reunião, possam fazer apresentação desse trabalho, como se estrutura, resultados já alcançados, e que tem sido muito produtivo. Hoje a Funai entende que falar de promoção social, e proteção – que é importante ao falar de povos indígenas –, e estruturar políticas neste campo, torna necessário falar das outras políticas, de terras, saúde, educação, etnodesenvolvimento, que não se refere só à promoção do desenvolvimento econômico, mas também do meio ambiente, promoção social, saúde, educação, inclui tudo isso, pois quando se aborda uma política para os povos indígenas devem pensar no contexto global ou não se vai conseguir de fato promover melhorias.

A Funai perdeu centralidade, prosseguiu o Diretor de Assistência, e isso não foi o mais



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

grave, e sim que as políticas se fragmentaram e não se juntam mais em ponto nenhum, não são específicas, trabalham-se políticas de educação, saúde, meio ambiente, e cada uma chega a um objetivo diferenciado. Então estão falando em reconceituar essa ação, em implantar estruturar de forma que a Funai possa recentralizar e reconceituar tudo isso. Concorde que a Funai deve ter um plano de carreira indigenista, como lembrou Edgard (vide degravação), e que não se esqueceu disso; está criando um centro de formação indigenista, para capacitar seus profissionais e de outros órgãos que atuam junto aos povos indígenas, está se preparando para atuar nesse campo, que é muito importante. Sugere que na próxima reunião possam mostrar o que estão fazendo e discutir com maior profundidade as questões que foram colocadas e são muito importantes, precisam ser enfrentadas por programa social que enfrentem essa temática.

Encaminhamento: aprovada a proposta no sentido de que a subcomissão se referira a *estudo* ou *levantamento* sobre infanticídio e não *dossiê*, para que não se dê uma conotação diferente do que se quer. No mais, sem ressalvas aos encaminhamentos.

A seguir se passou a palavra para do Dr. Paulo Maldos – da Secretaria da Presidência da República, que destacou a importância da CNPI, que o governo entende como instância fundamental de diálogo entre o Estado e os povos indígenas, de construção de políticas públicas. Segundo afirmou, a prática sistemática da CNPI é entendida como uma adequação da prática à CF/88, sendo que no próprio Executivo, Legislativo, Judiciário há uma visão pré-constitucional, não absorveram o que consta na Constituição e se tem uma visão colonialista. O que ficou claro no caso de Raposa Serra do Sol, a respeito do que artigos na mídia, carta de leitores e outros mostravam com a sociedade ainda não atendeu a Constituição e tem uma visão atrasada de colonialismo. Nesse contexto, a aprovação de um novo Estatuto é um grande avanço na constitucionalização do Brasil, na regulamentação do artigo 231 e para se avançar na relação do Estado e da sociedade com os povos indígenas. Entendem a CNPI como um espaço para se avançar na relação cotidiana com os povos indígenas, importante para a descolonização do Estado e no exercício da autonomia dos povos indígenas.

Prosseguindo, afirmou que nas falas e discussões que presenciou, sobre infanticídio, o PAC, juventude indígena, ficou claro o papel descolonizador da CNPI e a importância da aprovação do Estatuto em outros termos. Destacou a fala de Luana (vide degravação) no sentido de que as



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

lideranças devem pautar mais o Estado e que este deve ouvir mais, o que a seu ver é uma atitude prática rumo à descolonização do Estado, de se romper com práticas e iniciar novas relações. Agradecendo a oportunidade em face da importância de participar desse debate que é tão importante, despediu-se e se retirou da reunião.

O presidente Márcio destacou que a Secretaria da Presidência tem sido um aliado importante e que têm encontrado apoio nela sempre que precisam, agradecendo o representante por isso.

11 – Decreto sobre Ingresso em Terras Indígenas. Passando ao próximo ponto de pauta, que é a minuta de decreto sobre ingresso em terras indígenas, o presidente sugeriu que se passasse direto à discussão, já que os representantes tiveram desde o dia anterior para fazer a leitura. Assim, abriu a palavra para comentários e sugestões.

Marcos Xucuru destacou o artigo 3º, que considera conflitante com o que discutiram no capítulo 2 da proposta de Estatuto, artigo 34 e 35, sobre proteção ambiental. Assim, discutiu-se o que estaria mais adequado, se o texto do Estatuto ou da minuta de Decreto.

A pedido dos representantes indígenas no sentido de que opinasse sobre o assunto, Paulo Guimarães/CIMI, afirmou que foi constatado pelos representantes indígenas e assessoria que a CNPI, no que diz respeito à apreciação do mérito do decreto, concluiu como sugestão para o ingresso que a autorização deve caber às comunidades, e com a apresentação de um decreto do Presidente o núcleo passa a ser a Funai. Diante disso, gostaria que o Ministério da Justiça esclarecesse se vai prosseguir no seu posicionamento de que o núcleo é a Funai ou modificar essa idéia no sentido de que a autorização caiba às comunidades. Essa seria a indagação principal, ao Ministério da Justiça, que esclareça se mantém a proposta de decreto ou prefere aguardar a aprovação de um novo Estatuto dos Povos Indígenas.

O presidente destacou que não se encontrava presente à reunião nenhum representante do Ministério da Justiça que tivesse trabalhado essa questão, mas que ele próprio poderia falar, pois havia participado da discussão, e tem a informação de que esta é uma minuta aberta para propostas da CNPI, para este tipo de considerações. No mérito a idéia era essa, embora a forma colocada tenha gerado dúvidas, mas a idéia seria seguir a linha que está no Estatuto: a comunidade dá a autorização, mas há que se definir quem, no âmbito do Estado brasileiro, tem a atribuição de fazer essa consulta. Que, aliás, já é a prática atual, ressaltou o presidente, já há portarias internas da Funai



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

em que esta define como é feita a consulta, cujos termos foram incorporados à minuta pela SAL, que além disso incorporará o que for definido pela CNPI. A tentativa foi de juntar o que já existe na Funai hoje para regulamentar o assunto e coadunar com o que está no Estatuto, esclareceu o Márcio Meira.

Quanto à pergunta colocada por Paulo Guimarães, se o decreto seria levado adiante independentemente do Estatuto, entende que sim, seguem caminhos diferentes, pois é importante terem um decreto detalhando, ajudando a regulamentar essa prática. Tema este que gera muita preocupação ao ministro, que vê como muito importante regulamentar o ingresso em terras indígenas, posto que muitas vezes há abusos de instituições e pessoas que ingressam em terras indígenas sem autorização dos povos indígenas e sem o conhecimento do Estado. Sendo que neste sentido o ministro havia pedido que a CNPI tratasse desse assunto até com urgência, com vistas a evitar esses abusos.

Dando prosseguimento à discussão, Saulo Feitosa comentou que na minuta há algumas formulações preocupantes, como no artigo 6º - sobre ingresso para informação jornalística, exigindo-se celebração de termo de compromisso, sendo que em muitos casos os índios convocam a imprensa para fazer denúncias contra o próprio governo, e neste caso nenhuma empresa vai querer celebrar esse termo de compromisso e se responsabilizar por essas informações, diante do que a seu ver se está cerceando a liberdade de informação, apesar da preocupação em proteger. Sobre as pesquisas, há resolução que já se constitui em elementos de controle, como o sistema SEP – CONEP. Vê ainda outros problemas, como o fato de que ficaria muito burocrático o ingresso, por se ter que apresentar plano de trabalho e aguardar a aprovação deste apenas para se fazer uma visita, o que se tornaria inviável. Acredita que o convite deveria ser feito pelas comunidades indígenas, que têm a autonomia, assim acha inviável aprovar o decreto como está, considerando que deveria passar pela avaliação da Subcomissão de Assuntos Legislativos.

Caboquinho Potiguara também questionou o artigo 6º, afirmando que deve ser reformulado, pois fere a liberdade das comunidades indígenas; André Araújo propõe também a não aprovação da minuta, sendo que, por parte do MDA, há preocupação sobre as ATERs que prestam assessoria nas terras indígenas, solicitando que os membros da CNPI disponham de mais tempo para avaliar. Sobre o proselitismo, questionou como se poderá definir que se está atuando de forma proselitista.

Ana Paula/ISA fez duas observações 1) sobre a autonomia dos índios, mencionando



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

acórdão no qual se faz recomendações a vários órgãos federais, e que é claro em reconhecer que os índios têm a autonomia de autorizar ou não o ingresso, e o Estado deve poder assessorá-los nesta decisão, mas sem cercear o seu direito de decidir, que vai contra o que já está acordado em termos de direitos indígenas; 2) o decreto vai contra o que o representante da SAL afirmara no dia anterior, no sentido de que o Estatuto vai regulamentar toda a relação dos índios com a sociedade, e não é coerente que o governo faça um decreto em separado sobre um assunto que deveria ser tratado dentro do Estatuto; se há um acordo de que se deve discutir certos assuntos no Estatuto, não faz sentido seguir na publicação do decreto.

Jorge Quadros/Ministério da Justiça, opinou que o texto deve ser adequado às discussões do Estatuto, mas que deve existir, pois seria ingênuo pensar que o Estatuto vai passar porque vai ter o apoio do governo, já que se arrasta há anos e ainda vai demorar a ser aprovado. O decreto deve ser corrigido, adequado e, sim, deve ser aprovado. Argumentou que os índios demandam autonomia, mas, quando acontece qualquer problema causado por alguma organização ou órgão que entre na terra indígena, corre-se para a Funai a fim de que resolva. Está claro que não há censura com relação à atuação jornalística, trata-se apenas de uma questão de interpretação.

Lylia Galetti fez questionamento quanto ao contexto em que este texto é apresentado à CNPI, afirmando que é preciso discutir de forma a não se desautorizar um texto que foi aprovado pelos índios, tendo se trabalhado para se chegar a uma proposta de consenso entre os índios e governo, e agora o Estatuto se trata de um documento composto pela CNPI. Assim sugere que se traga em um outro momento o documento para discussão, mas primeiro devem definir se vão ter que chegar a uma conclusão imediatamente, ficando claro que quem redigiu o documento não dialogou com o Estatuto. O argumento de que quando a autonomia não dá certo corre-se para a Funai não está certo, afirmou Lylia, pois é isso mesmo que deve acontecer, pois de acordo com o Estatuto a Funai é em vários momentos chamada a proteger os direitos indígenas. Coloca a proposta de que o governo discuta melhor o texto do decreto e procure adequar à discussão que foi feita junto aos povos indígenas.

Francisca Pareci considera que o decreto está distante do que discutiram no âmbito do Estatuto e o considera superficial, sendo que o tema está mais detalhado no Estatuto, mais aperfeiçoado. Pierlângela comentou que os índios se sentem excluídos da discussão, e considera que é uma faca de dois gumes tanto a autorização pela Funai como pelas comunidades, que também podem ser seduzidos por certos discursos, e há entidades que acabam querendo ser “donos” dos



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

índios. Traz para a discussão que, se devem fazer decreto nesse sentido, que possam discutir mais, e se altera um decreto de 81, precisam conhecê-lo também, para que possam comparar.

Aloysio Guapindaia afirmou que identifica em algumas análises que precisam de mais discussão e análise; que participaram do processo enquanto Funai (Auxiliadora, Diretora de Assuntos Fundiários, o Presidente da Funai...), MJ, e concordam quanto à necessidade do decreto, sendo que um decreto geralmente regulamenta uma lei. Quanto à questão da autonomia, prosseguiu Aloysio, o decreto abre com o artigo em que diz que cabe à Funai consultar as comunidades, diante do que não acredita que se esteja restringindo a autonomia das comunidades; de fato é complexo definir o que é autonomia, até onde vai, se o órgão indigenista autoriza ou não sem consulta. Concorda que podem melhorar a redação, mas que está garantida a autonomia de decidirem se querem ou não que se realize uma pesquisa ou uma matéria. A autorização impõe à Funai o cumprimento de regras, de normas que são administrativas para que se siga os trâmites, o processamento da autorização e para que a instituição tenha controle sobre isso. O decreto vai se desdobrar numa instrução normativa, numa portaria da Funai, em função do que consta nela, definindo-se os procedimentos internos para processar tudo isso. A lei tem que tratar com profundidade vários aspectos com relação à autonomia das comunidades indígenas, e não se pode transpor tudo isso para o decreto. Concorda que foi uma falha não terem trago o decreto que estaria sendo revogado.

Lylia disse que não há dúvida de que o texto não está em acordo com o Estatuto, ao que o Diretor de Assistência da Funai discordou, informando inclusive que há uma determinação/acórdão do TCU no sentido de que é preciso haver um instrumento melhor para controlar o ingresso em terras indígenas, respeitando a autonomia dos povos indígenas. Sendo que há prazo para isso, que já está inclusive vencido, e estão trazendo à discussão na CNPI inclusive em respeito a esta instância. Concorda que se possa melhorar a redação, adequar ao Estatuto, mas está convicto de que garante sim a autonomia dos povos indígenas.

Saulo/CIMI comentou, em face do comentário de Lylia, que o decreto surgiu na CNPI no contexto de pressão da própria comissão, que foi quem pressionou para que fosse discutido na comissão, já que haviam tomado conhecimento pela imprensa de uma versão ainda pior que esta. Se o decreto é resposta a um acórdão do TCU, considera que precisam conhecer o acórdão; discordou de Aloysio no sentido de que consulta é diferente de autorização, estão discutindo como vão se realizar, a seu ver, pelo texto os índios são totalmente desprovidos de autonomia, pois é à



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

Funai que cabe a autorização; para a atuação do Exército, já existe um decreto, assim como para pesquisa, então já há outras regulamentações e não entende a sua necessidade. Sobre a atuação da imprensa, acredita que a forma como está colocada no decreto atenta contra as disposições constitucionais. Afirma que o decreto surgiu de forma bastante ruim na CNPI e agora numa versão que não está muito boa ainda.

Ana Paula/ISA questionou a necessidade de se ter uma regulamentação a propósito da realização de pesquisas e de matérias jornalísticas, uma vez que a Funai já tem instruções normativas que tratam adequadamente do tema, de forma muito detalhada, e portanto a seu ver não haveria nem necessidade nem urgência de tratar do assunto, sendo que o decreto trata de forma muito pobre de temas que já estão bem melhor regulamentados e se trata de uma área em que sequer há muitos problemas. Concorde com o ponto de discussão de planos, programas e empreendimentos em terras indígenas ou que as afetam e são realizados sem consulta dos povos indígenas. Questiona a afirmação de que o acórdão do TCU justifica a necessidade do decreto; e ainda o fato de que se afirmou que haveria um acordo para se aprovar o Estatuto e depois se aprovar um decreto sobre tema que deve estar no Estatuto. Questiona, então: 1) o conteúdo, pois 2 temas estão regulamentados de forma muito melhor pela Funai e a seu ver não há necessidade de mudar e 2) a quebra do acordo de se apoiar a aprovação do Estatuto, concluindo no sentido de que, se há um tema a tratar no decreto deveria ser a realização de planos, programas que afetam terras indígenas.

Como encaminhamento, Marcos Xucuru sugeriu que a discussão seja remetida à Subcomissão de Assuntos Legislativos; o coronel Eustáquio concorda que o tema seja discutido com maior cautela, em uma próxima reunião, e que se avalie o mesmo à luz do Estatuto.

Encaminhamento

O presidente encaminhou o assunto conforme proposto por Marcos Xucuru e Coronel Eustáquio, no sentido de se remeter a análise da minuta de decreto à Subcomissão de Assuntos Legislativos, incluindo a participação de outras pessoas, se necessário, devendo as conclusões serem apresentadas na próxima reunião.

Concluindo, afirmou que a aprovação poderia ter sido feita da pior forma possível, pois o texto retornou à CNPI para análise a pedido da própria Comissão; que uma boa parte do que consta no decreto é praticamente uma transposição do que já consta nas instruções normativas da Funai às quais se fez referência.



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

O **encaminhamento** fundamental é que a minuta será remetida à subcomissão para que de Assuntos Legislativos a analise, com a participação dos atores que estiveram atuando ao longo do processo, devendo a subcomissão apresentar, na próxima reunião, proposta condizente com o que está no Estatuto, e ainda levando em conta as considerações feitas sobre os problemas sérios que são vivenciados sobre o ingresso totalmente sem controle e não autorizado que acontece e por pessoas que atuam contra a comunidade.

Tarde de 14 de agosto de 2009

12 – Apresentação do Ministério da Defesa sobre a Estratégia Nacional de Defesa. O Coronel Marinho deu início à apresentação sobre a Estratégia Nacional de Defesa, informando que a mesma estava sendo feita em atendimento a uma solicitação da própria Comissão há algumas reuniões, sendo que não pudera ser atendida antes tendo em vista a agenda da CNPI com relação ao Estatuto dos Povos Indígenas. E que desta forma se verificava o atendimento de 100% das demandas feitas pela CNPI ao Ministério da Defesa até o presente momento. Assim, convidou para fazer uso da palavra o Coronel Teixeira, responsável pela apresentação.

(Apresentação em Power Point disponível para os interessados via Secretaria Executiva da CNPI)

Ao final da apresentação o coronel Teixeira informou que o documento está à disposição para consultas em um link específico do site do Ministério da Defesa, ao que o presidente abriu a palavra para perguntas, ele mesmo fazendo a primeira, quanto ao tipo de políticas específicas que existem para o indígena que ingressou na carreira, em que possa ter oportunidade de avançar na carreira, se há algum tipo de promoção para os poderem avançar.

A próxima a perguntar foi Francisca Pareci, que perguntou ainda sobre o sistema próprio de educação que existe na carreira militar; sobre a posição do MD sobre a parceria americana com o governo americano. Romancil Kretan perguntou sobre a questão da região Sul, que seria uma das fronteiras mais complicadas do país, embora a prioridade seja a fronteira amazônica.

Almir Suruí perguntou como vêm a questão do diálogo sobre o plano estratégico com os povos que vivem em região de fronteira. Gilberto Azanha afirmou que fora dito que a estratégia é uma forma de escudo com relação ao desenvolvimento e, assim, pergunta o que entendem por



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

desenvolvimento. Simone Karipuna afirmou que vem de uma região que faz duas fronteiras com a Guiana Francesa e se há alguma proposta de trabalho específica para a região, tendo em vista a grande ocorrência de problemas com tráfico de drogas, alcoolismo e prostituição.

Gilberto Azanha afirmou ainda que se viu muito, no julgamento de Raposa, vários segmentos, inclusive do Exército, afirmando que terras indígenas em áreas de fronteira são um perigo para a soberania nacional, e nesse sentido questiona o que acham disso. Pierlângela informou que em Roraima foi formado um grupo que percorreu toda a área de fronteira do estado, sendo que a divisa do Brasil e Guiana é feita apenas por um pequeno rio, e do outro lado há exploração de garimpo, prostituição e viram que não há nenhuma presença militar, havendo bastante aliciamento de mulheres indígenas. Constataram *in loco* que a região está desassistida, os índios mesmo tentam controlar, mas, como é uma região de difícil acesso, apesar de denunciarem não é possível agir com rapidez. Sendo que neste local não há presença do Exército, enquanto que se está implantando um pelotão no meio da terra indígena.

Arão perguntou a propósito da discussão sobre áreas de fronteira, dizendo que há notícias de que as FARC's estariam aliciando jovens indígenas, questionando se o Exército têm notícias disso; como foi definida a área de faixa de fronteira.

Respondendo às perguntas, o Coronel Marinho respondeu que, não se furtando de responder algumas questões, apesar de serem do Exército, o Ministério é civil e prestam serviço a ele; assim há algumas perguntas que não podem responder, pois são pertinentes às Forças Armadas, e há regras próprias para isso, de forma que não podem se posicionar sobre políticas do Exército. Conforme foi apresentado, o Plano de Defesa Nacional é hierarquizado e está acima de outros documentos, sendo que a partir da Estratégia de Defesa Nacional os órgãos vão elaborar as suas próprias políticas, de forma que algumas das perguntas feitas são afetas a esse campo de atuação e os militares presentes não têm conhecimento nem autorização para respondê-las, seria inclusive irresponsável, então vão responder o que está afeto à apresentação.

Sobre a pergunta do presidente, afirmou que não há preconceito com relação à carreira militar, inclusive ele próprio dois colegas de alta patente que são de origem indígena, e ambos concorrem em excelentes condições. O acesso às escolas de oficiais é feito via concurso, e se ingressa obtendo êxito em concurso público; dentro da carreira militar, especialmente nas regiões de fronteiras, existem vários índios que ingressam via serviço militar, sendo que para todos os brasileiros é obrigatório, mas para os índios é facultativo, podem ingressar se assim o desejarem; já



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

o plano de carreira para graduados é via concurso, aí sim se poderia verificar junto ao MEC a possibilidade de preparar de forma específica os indígenas para viabilizar o seu ingresso.

Prosseguindo, o Coronel Marinho afirmou que foi explicado que há um sistema de educação próprio sim, um sistema de ensino militar reconhecido pelo MEC que tem um certo quantitativo de vagas abertas para a sociedade via concurso, o qual tem matérias comuns ao ensino normal e outras específicas da carreira militar, pertinentes à formação do militar de acordo com as suas armas.

A propósito do acordo americano, o coronel Ricardo Alves de Barros afirmou que, a propósito da questão envolvendo a instalação de bases americanas na Colômbia, a sua posição é que houve uma mudança das bases do Equador para a Colômbia posto que não foi renovado o convênio entre os Estados Unidos e o Equador, e as bases precisavam ser removidas para outro local. De forma que os dois países soberanos optaram por celebrar um acordo transferindo essa base para a Colômbia, não se tratando de uma base americana e sim colombiana, que servirá de apoio a aeronaves etc., sendo que já há uma relação estabelecida entre esses dois países, aprovada pelo Congresso Nacional da Colômbia e sem maiores complicações.

Respondendo a Almir Suruí, o Coronel Marinho afirmou que o documento deve ser visto como de muito alto nível, e depois que forem elaboradas as políticas nos níveis que estão abaixo dele serão elaboradas as políticas específicas para as áreas de fronteira. Estão falando inicialmente no nível estratégico e descendo acredita que não é possível não levar em consideração o conhecimento dos indígenas sobre a região de fronteiras.

Passando à pergunta sobre o desenvolvimento, o Coronel Marinho destacou que sua opinião é a mesma que a de qualquer pessoa da sociedade, que o fato de ser militar não faz com que tenha uma opinião diferente sobre o assunto. Passando a palavra ao Coronel Teixeira, este destacou que ainda existe no Brasil uma dependência muito grande de insumos, tecnologias sensíveis, conhecimentos que vêm de fora do país, e a visão de defesa é no sentido de desenvolver tecnologias sensíveis nacionais, infra-estrutura, infra-estrutura de aeroportos, inclusive na Amazônia, estradas, pontes, transporte fluvial, aéreo; desenvolvimento nacional quer dizer tudo isso, especialmente de uso dual, ou seja, tanto civil como militar. Então estão buscando independência na produção de tecnologias, equipamentos, materiais, para não terem sempre que comprar do exterior e sim possam desenvolver tecnologia nacional. A busca dessa tecnologia é para permitir o maior e melhor desenvolvimento, com metas de médio e longo prazo, por isso se diz que a defesa é o escudo do



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

desenvolvimento nacional, pois não há desenvolvimento sem estar seguro.

Sobre a pergunta de Simone, o Coronel Marinho explicou que exatamente naquele dia estava havendo discussão do acordo Brasil – França, não esquecendo que a Guiana Francesa é um pedaço da Europa que faz fronteira com o Brasil, e portanto é uma fronteira totalmente diferenciada daquelas que estão sendo tratadas em outros âmbitos. Mas a questão de tráfico de drogas, prostituição é assunto a ser tratado pela Polícia Federal, sendo que foi definido poder de polícia ao Exército para tratar de questões transnacionais e crimes ambientais, e não aquelas ligadas a segurança pública, sendo que naquele âmbito já há parceria com a Funai para lidar com essas questões. Acreditam que esse início de conversa sobre a Guiana Francesa vá desembocar em políticas que ajudem a lidar com essas questões.

Sobre a pergunta de Gilberto Azanha acerca da questão da soberania e região de fronteira, o Coronel Marinho afirmou que já é uma questão superada, pois já se manifestaram no sentido de que não há perigo à soberania, desde que o Estado esteja presente, o que por vezes não acontece, e o único braço que está presente é o Exército [ao que se lembrou que também a Funai e a Funasa]. Acredita que já foram aparadas as arestas e não se defende a idéia de que exista ameaça à soberania.

Agora sobre a outra fronteira, mencionada por Pierlângela, afirmou que vale o mesmo dito para Simone: se for terra indígena, e o assunto se relacionar a segurança pública, cabe à Polícia Federal tratar da questão. O presidente perguntou se na faixa de 150 km da fronteira o Exército também não teria o poder de polícia relacionado à segurança pública, conforme entendimento discutido junto a um general em uma determinada ocasião. Em tom de brincadeira, o Coronel Marinho destacou que, se foi general que disse está certo... mas, de fato, se não forem aqueles 2 tipos de crimes citados, a questão é de segurança pública; se é ilícito transnacional, e se está presente a força do Exército, não pode se eximir de agir. Pierlângela perguntou como distinguir o que é atribuição de um ou de outro, mas Marinho disse que em termos de listar é um pouco difícil, pois depende da situação – se há batalhão na região, e dependendo da localidade, vão se deparar com um outro tipo de problema. O que cabe é ver quem primeiro tem a atribuição de cuidar do que, se é prostituição e garimpo ilegal, por exemplo, a PF tem que ser a primeira acionada; mas se é a 100 metros do pelotão, aí já pode ser diferente.

O presidente Márcio perguntou ainda se, no caso dos crimes transnacionais em que há posto da Funai na área de fronteira na jurisdição de determinada brigada, se é possível fazerem



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

acordo de parceria para que, quando houver algum ilícito deste tipo, ela venha a atender, ao que o Coronel Marinho respondeu que é possível, que a lei deve ser cumprida, mas que se é para flexibilizá-la para o bem isso não é tão problemático.

Sobre a hipótese de que as FARC's esteja aliciando índios no Brasil, o Coronel afirmou que não têm notícia a respeito, mas se trata de um assunto diretamente ligado ao Exército, e ainda não consideram como um fato, e sim algo que faz parte do imaginário. Porém, se existe algum fato concreto, deve ser denunciado, via comunidade, via Funai, e daí para as instâncias adequadas para realizar o trabalho de inteligência.

Quanto à pergunta sobre por que a área de fronteira é definida em 150 km, esclareceu que foi inferido como espaço necessário para que uma divisão se desloque para fazer a defesa da fronteira. Acredita-se que, à época em que se fez o planejamento, seria uma distância plausível de percorrer em termos de mobilização para fazer a defesa.

Apresentação da Política de Defesa Nacional

A apresentação da Política de Defesa Nacional foi feita pelo Comandante Ricardo Alves, também em power point, disponível no site do Ministério da Defesa. Após a apresentação do comandante, foi aberta a palavra para perguntas, ao que Gilberto Azanha perguntou se as Forças Armadas participaram da elaboração desse documento, e como agem quando há o conflito entre o Ministério da Defesa e uma das Forças. O Comandante afirmou que este é um processo de que todos devem participar, mas efetivamente, em termos de política de defesa, os estudos são feitos pelo Ministério da Defesa e a Secretaria da Presidência; o documento agora está sendo estudado pelas Forças, e a despeito de já terem participado dos estudos, vão apresentar uma análise mais profunda, de forma que até chegar ao Conselho Nacional de Segurança já se terá obtido um consenso muito grande a propósito do texto.

Concluindo a participação do Ministério da Defesa, o presidente agradeceu a presença dos representantes do Ministério, e em especial ao Coronel Marinho, por ter articulado a apresentação, afirmando que a mesma foi importante para a CNPI, posto que pela primeira vez permitiu o debate deste tema com as comunidades indígenas do Brasil, sendo que anteriormente a



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

presença sempre foi forte, mas sem discussão, o diálogo deve continuar, mas já foi um primeiro passo. O presidente lembrou da pergunta feita por Almir Suruí que julgou importante, a respeito de quando e como será feito o diálogo com as comunidades indígenas pelas Forças Armadas, e espera que possam voltar, no caso o Exército, que atua mais próximo das comunidades indígenas. Os índios estão localizados onde a presença das Forças Armadas é mais importante, destacou Márcio, e por tudo isso solicita ao Coronel que possam prolongar esse debate, trazer as outras Forças e ver como podem dar continuidade a esse debate.

Em nome do Ministro da Defesa, Marinho agradeceu a oportunidade e disse concordar que é um diálogo que deve ser aberto e franco, lembrando que as informações estão disponíveis no site do Ministério. Esperam também estreitar o diálogo e manter esse contato.

13 – Relato da Subcomissão de Saúde. Passando para o próximo tema, foi informado a todos sobre a presença, na reunião da CNPI, do Subsecretário de Saúde Antonio Alves, coordenador do GT que está tratando das modificações que estão em vistas de acontecer, quanto à criação de secretaria especial de saúde indígena, entre outras.

Após uma breve fala do relator da subcomissão, passou-se a palavra para o Secretário, que comentou que tivera a oportunidade de conhecer a realidade de uma comunidade indígena e também dos profissionais que atuam em área indígena, o que julgou como importante para ter um melhor entendimento sobre esse público e sobre as condições em que trabalham os profissionais de saúde que atuam junto aos povos indígenas. Quanto à gripe suína no Sul do país, deu um breve informe sobre as providências em andamento, destacando que os indígenas podem contar com a mesma mobilização que está sendo oferecida à sociedade neste momento e por enquanto não há nada que justifique uma ação específica.

O Secretário prosseguiu informando que o Presidente Lula pediu urgência na publicação da Medida Provisória, com o que se estabelecerá a autonomia dos DSEIs e a transferência de pessoal. Pretendem alterar a lei n. 10683, que permitira criar mais uma secretaria, a criação de cargos de apoio à assistência e à gestão da saúde dos povos indígenas, a incorporação de todos os trabalhadores da Funasa que estiverem trabalhando na saúde indígena, pois a seu ver quem já vem trabalhando não poderá estar na mesma carreira, recebendo menos do que quem está no início da carreira. A Medida Provisória traz critérios sobre o concurso visando a valorizar a



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

experiência de quem está trabalhando, o tempo de serviço desses profissionais. Sobre os Ais e AISANs, que têm contratação diferenciada, com regras generalizadas para todo o país, estão alterando a lei do contrato temporário para que possa ser garantido um prazo maior de contratação, por 5 anos, podendo ser repetida por tempo indeterminado e para que possam permanecer trabalhando até a aposentadoria, mas sempre como temporários, pois é a única forma que permite a contratação diferenciada, embora com todos os direitos e integrando a carreira.

Conforme informou o Secretário, estão fazendo os cálculos pois têm um TAC segundo o qual têm prazos para substituir os profissionais terceirizados. Isso exigirá também reestruturação interna, pois implica perder a saúde indígena também e também o saneamento. Estão também trabalhando no fortalecimento dos conselhos locais, e, como forma de facilitar a comunicação com os DSEIs, estão em contato com a OI, por meio da qual será instalada tv e com diante disso estão negociando um canal para a saúde e também internet com banda larga via satélite, que é possível e melhor que via rádio, que não é canal exclusivo e por isso apresenta problemas. Assim poderão ter melhor contato com os pólos base ou DSEIs, assegurando mais segurança e conforto. Sobre o concurso temporário uma medida inicial está sendo avaliada pelo MPOG; fizeram visita a uma CASAI e estão estudando denúncia de desvio de recursos, assim como realizando auditoria, que planejam expandir para as outras CASAIs e verificar a situação.

Em Roraima a situação é bem específica, pois acabaram os convênios com as entidades, foi chamada nova seleção e a única a se apresentar foi a Secretaria do Estado, mas não foi aceita como prestadora do serviço e a Funasa está fazendo o atendimento via pagamento de diárias, embora estejam chegando ao limite nessa solução e decidiram, junto com o Ministério Público, que vai haver reunião para encaminhar uma alternativa para garantir a tranquilidade na transição.

A orientação é que todas as ações devam continuar, pois a mudança é dentro do governo de um órgão para outro, pretendem fechar até o dia 25 todos esses processos, pois depois é preciso negociar junto ao Congresso Nacional, onde há aliados e oposição, ao que pede que os indígenas ajudem no encaminhamento desta medida no Congresso em termos de mobilização para que seja aprovada o mais rápido possível, entrando em vigor imediatamente, pois tem força de lei. O trabalho com a MP é muito técnico e complexo, envolve a questão do plano de carreira e há todos os cálculos para remuneração diferenciada, algum tipo de adicional (sobrevivo, pernoite), gratificação indigenista, tabela remuneratória, tendo em vista ser um trabalho diferenciado, exigindo



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

deslocamentos longos, permanência em locais distantes. Mas com isso esperam que possam dar condições de trabalho dignas e permitir um atendimento à altura das necessidades de povos indígenas.

O presidente destacou que este é um tema caro à CNPI, pois foi onde se iniciou a discussão sobre o subsistema, trazendo críticas sobre a forma como estava sendo conduzida a saúde indígena no Brasil, uma série de reuniões, inclusive com o presidente da República, que cobrou que algo fosse feito, então é um momento importante para a comissão pois parece que está dando frutos.

Em resposta a inúmeras perguntas (vide degravação da 10ª Reunião) o Dr. Antonio agradeceu pelo reconhecimento dos esforços, até porque decidiram que sempre construiriam conjuntamente as decisões, entendendo que a construção coletiva e participativa traz resultados, e estavam certos... Quanto ao prazo para a criação da Secretaria, informou que se espera enviar o projeto na próxima semana para a Casa Civil e não querem esperar, pois muitas questões serão contempladas na reestruturação do Ministério, vai dar o eixo da mudança. Conforme afirmou, quer encaminhar a transição rápido, estão fazendo os últimos ajustes, a expectativa, devido ao compromisso do Presidente Lula, é que não terão dificuldades, e ainda o ministro considera que a reestruturação do subsistema será um dos maiores atos de sua gestão.

14 – Encaminhamentos finais.

- ✓ Almir Suruí entregou documento à Secretaria Executiva da CNPI com solicitação no sentido de que incluía ponto de pauta sobre garimpo na Terra Indígena Cinta Larga, tendo a proposta sido aprovada.
- ✓ Lylia Galetti/MMA informou sobre a necessidade de se escolher o nome de titular e suplente do estado no Mato Grosso no GTI. Destaca que a coordenação do GTI distribuiu a ata das primeiras reuniões, que também podem ser encontradas em www.sites.google.com/site/pngati/home

Em atendimento à solicitação, foram apresentados os seguintes nomes:

- Região Centro Oeste – **Titular**: Edson de Oliveira Santos, do povo Bakairi, da Terra Indígena Santana; **Suplente** Pablo Sage Junior Kamaiurá, do povo Kamaiurá, aldeia Morená, Parque Indígena do Xingu.
- Mato Grosso do Sul – **Suplente** - Anastácio Peralta.



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009

- ✓ Pierlangela Wapichana lembrou que foi solicitado ponto de pauta sobre as questões sociais, devendo ser apresentado pela Funai – coordenação de Promoção Social, na próxima reunião da CNPI.

- ✓ Sandro Tuxá apresentou proposta no sentido de que algum representante do estado de Minas Gerais e Espírito Santo possa fazer parte da CNPI como convidado, já se tendo indicado nome. Já é feito isso com relação ao Sul, e seria injusto atender um e não o outro. Proposta aprovada.

15 – Lançamento do livro *Povos Indígenas – Constituições e reformas políticas na América Latina*. Para falar sobre o livro lançado pelo INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos foi convidado Ricardo Verdum, que agradeceu pela oportunidade de trazerem a publicação. Conforme explicou Verdum, o INESC foi criado em 1979, tendo no início o objetivo de promover a democratização num período bem difícil do país, e posteriormente vindo a se envolver como a constituinte e com políticas sociais, em que atua nos últimos 10 anos. Nesses 30 anos de existência tratou das problemáticas para povos indígenas e nesse sentido convidaram especialistas que estiveram envolvidos na discussão de constituintes de países como a Bolívia e outros, e que atual em temas como autonomia indígena, povos indígenas no Brasil, e também especialista na implementação da Convenção 169 da OIT, que fez análise da implementação na América Latina. Assim, foi reunido um leque de especialistas e militantes da causa indígena para trazer contribuição, principalmente sobre a renovação que tem havido nas constituições e com vistas a buscar contribuir para a relação dos povos indígenas com o Estado brasileiro, já que existe a possibilidade de uma nova constituinte nos próximos anos que renove o Estado brasileiro.

16 - Datas das próximas reuniões. Conforme deliberação da plenária da CNPI, as próximas reuniões da Comissão foram agendadas para as seguintes datas:

- **5ª Reunião Extraordinária da CNPI:** de 29 de setembro a 02 de outubro de 2009, no estado do Acre, Rio Branco
- **11ª Reunião Ordinária da CNPI:** de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Brasília.



Ministério da Justiça
Comissão Nacional de Política Indigenista
10ª Reunião Ordinária
Brasília, 13 e 14 de agosto de 2009